

Veículo: Jornal A Crítica

Editoria: Opinião

Tipo notícia: Editorial

Página: A2

Data de publicação: 21/08/2026

Origem da notícia: Iniciativa da mídia

Categorias: Assunto de interesse

Valoração: R\$ 14.560,55

FIEAM **SESI** **SENAI** **IEL**

DIREITO DE GREVE E DESRESPEITO AOS CIDADÃOS

Greves e ameaças de greves tiveram destaque no noticiário de ontem na capital amazonense. Trabalhadores do transporte especial - que atendem operários do Distrito Industrial de Manaus, por exemplo - paralisaram os veículos no início da manhã. Havia também uma greve no transporte público coletivo marcada para as 10h, mas que foi cancelada após acordo. Por fim, os bancários cruzaram os braços por reajuste de salários como parte de mobilização nacional. A Constituição Federal garante o direito de greve a todos os trabalhadores como ferramenta para reivindicação de suas próprias aspirações. Infelizmente, como sempre ocorre, o cidadão é o grande prejudicado. No caso do transporte especial, bem que o direito de greve poderia ser exercido de maneira um pouco mais respeitosa para com os trabalhadores que utilizam o serviço. Um comunicado no dia anterior bastaria. Em vez disso, os veículos passaram recolhendo os funcionários das fábricas, apenas para deixá-los pelo caminho, dando início à greve. Para chegar ao trabalho, o jeito foi usar o transporte público convencional ou apelar para o serviço dos aplicativos, cujas corridas costumam ter os preços bastante onerados nessas ocasiões. É lamentável que o constrangimento dos trabalhadores seja usado como arma de pressão. No transporte público convencional, apesar da greve ter sido suspensa na manhã de ontem após acordo entre sindicatos laboral e patronal, os usuários convivem com a incerteza. Isso porque foi acordado que os pagamentos dos salários dos rodoviários seriam feitos até esta sexta-feira, 21. Caso a quitação não ocorra, a greve poderá ser imediatamente retomada, prejudicando milhares de manauaras. A situação dos bancários é um pouco mais delicada, na medida em que o setor vem reduzindo drasticamente os postos de trabalho, muito em função da digitalização dos serviços. Salários e benefícios acompanham a tendência de retração. Segundo dados do Comando Nacional dos Bancários divulgados pela Contraf-CUT, a massa salarial real dos bancários desabou 17% nos últimos dez anos. O que a sociedade espera é que as negociações tenham êxito e que os direitos dos cidadãos em ter pleno acesso aos serviços em questão sejam levados em conta.



Impresso:

<https://amazonclipv2.s3.amazonaws.com/impessos/2026/08/21/Ny0yMS0wOC0yMDI2XzA2OjEz.png>